

Como o Pentágono Roubou 158 Milhões de Dólares da Suíça

Imagine que você entra num restaurante, pede uma garrafa de vinho e um bife, e o garçom diz: “Pague o vinho adiantado; cobraremos o bife quando ele chegar.” Você entrega o dinheiro do vinho — prontamente, de boa-fé. As horas passam. A cozinha fica em silêncio — sem vinho, sem bife, nada. Quando você reclama e diz que vai congelar quaisquer pagamentos adicionais até que algo apareça de verdade, o gerente sorri e responde: “Ah, já pegamos o dinheiro do vinho e o creditamos no bife. É tudo uma conta só, no fim das contas — nossa política permite mover fundos entre seus pedidos sempre que um lado estiver com falta. A cozinha está acelerando lá nos fundos... só que não para a sua mesa agora.”

É exatamente assim que a Suíça se sente neste momento.

No final de março de 2026, a emissora pública suíça SRF revelou que os Estados Unidos redirecionaram silenciosamente cerca de 126 milhões de francos suíços — aproximadamente 158 milhões de dólares — em pagamentos que a Suíça já havia feito, integralmente e dentro do prazo, para o seu programa de caças F-35. Esses fundos foram transferidos dentro de um único fundo fiduciário conjunto de Vendas Militares Estrangeiras (FMS) para cobrir déficits no contrato separado de defesa aérea Patriot da Suíça, mesmo que Berna tivesse congelado os pagamentos do Patriot precisamente por causa dos enormes atrasos nas entregas provocados pela priorização americana de outros aliados. A Suíça, uma cliente modelo que nunca atrasara um pagamento, viu seus pagamentos de boa-fé serem silenciosamente realocados para manter o fluxo de caixa para a Lockheed Martin, apesar de zero progresso visível em suas próprias encomendas.

O Pedido Suíço de Patriot: Repriorização, Não Inadimplência

Como parte do seu programa de modernização Air2030, a Suíça encomendou cinco unidades de fogo (baterias) Patriot juntamente com até 36 caças stealth F-35A Lightning II (posteriormente reduzidos para cerca de 30 por razões de custo). Ambos os programas canalizam todos os pagamentos pelo sistema de Vendas Militares Estrangeiras dos EUA. A Suíça cumpriu todos os cronogramas de pagamento sem atrasos.

As entregas do Patriot estavam originalmente programadas para começar entre 2026–2028. Em 2025, Washington citou primeiro a prioridade para a Ucrânia, adiando as entregas suíças. Depois irrompeu o conflito com o Irã, e o Pentágono rebaixou ainda mais a prioridade do pedido suíço. No início de 2026, Berna foi informada de que o cronograma havia deslizado quatro a cinco anos — possivelmente mais —, enquanto os custos do pro-

grama inflaram em até 50%, de cerca de 2 bilhões para 3 bilhões de CHF. No outono de 2025, a Suíça congelou os pagamentos adicionais do Patriot, argumentando que, sem progresso verificável na fabricação ou entrega, não tinha obrigação de continuar pagando.

O programa F-35 enfrentava seus próprios estouros de custo e pressões de produção, mas a Suíça continuou fazendo esses pagamentos para o fundo compartilhado, esperando plenamente que os dois programas fossem tratados como entidades separadas.

A Futilidade Matemática do Conflito com o Irã

Isso não estava acontecendo no vácuo. Os Estados Unidos e Israel consumiram mísseis interceptadores Patriot a uma taxa impressionante na guerra contra o Irã. Apenas nos primeiros quatro dias do conflito, as forças americanas e aliadas dispararam 943 mísseis Patriot — aproximadamente toda a produção de 18 meses em ritmos normais de tempos de paz.

Cada interceptador Patriot PAC-3 MSE custa cerca de 3,9–4,2 milhões de dólares. Os drones iranianos Shahed de baixo custo que eles estavam abatendo custam entre 20.000 e 50.000 dólares cada. O Irã fabrica cerca de 10.000 desses drones por mês. A matemática é implacável:

- Um único disparo de Patriot custa aproximadamente 100 vezes mais que o drone Shahed médio.
- Aos ritmos atuais de produção (~50–60 mísseis por mês), seriam necessários mais de 16 anos apenas para igualar um mês de produção iraniana de drones — assumindo eficiência perfeita que nunca existe em combate.

Mesmo com a promessa da Lockheed Martin de quadruplicar a produção para 2.000 mísseis por ano, a matemática continua impossível: $10.000 \text{ drones por mês} \div 167 \text{ mísseis por mês} = \mathbf{60 \text{ meses (5 anos)}}$ apenas para igualar o ritmo atual de produção do Irã — e isso assumindo eficiência de interceptação perfeita, algo que nunca ocorre no combate real.

Essa impossibilidade matemática vai além de um fracasso estratégico — representa uma violação fundamental da base contratual. Quando o cumprimento se torna matematicamente impossível devido a circunstâncias inteiramente sob controle do vendedor (priorizar outros clientes por razões geopolíticas), a obrigação do comprador de cumprir é dispensada segundo princípios do direito internacional. A Suíça julgou corretamente que essa promessa de aumento era vazia diante da vantagem esmagadora de produção do Irã. A data de entrega dos Patriots suíços havia efetivamente deslizado para o infinito não por atrasos de produção, mas porque toda a abordagem estratégica estava matematicamente condenada ao fracasso. Essa avaliação racional — baseada em análise estratégica, não em relutância em pagar — levou Berna a suspender os pagamentos progressivos.

Essa futilidade matemática é o verdadeiro motivo pelo qual o Pentágono redirecionou o dinheiro suíço do F-35. A transferência de recursos nunca foi sobre ajudar a Suíça a receber seus sistemas há muito atrasados. Foi uma manobra deliberada para usar fundos de contribuintes suíços para financiar o próprio esforço de guerra americano no Oriente Mé-

dio — mantendo as linhas de produção funcionando e os interceptadores fluindo para operações americanas e israelenses contra o Irã, mesmo enquanto os pedidos da própria Suíça permaneciam despriorizados e não entregues. Na prática, a Suíça neutra foi forçada a subsidiar o próprio conflito que tornara suas entregas de Patriot impossíveis em primeiro lugar.

A Brecha do Fundo Compartilhado

De acordo com as regras do FMS, **todos** os pagamentos suíços por armas americanas — F-35, Patriots ou qualquer outra coisa — fluem para um único fundo fiduciário conjunto gerido pelo Pentágono. A linguagem do contrato permite explicitamente que os EUA realoquem dinheiro entre os próprios programas de um cliente sempre que um lado apresentar deficiência.

A Suíça tratou os dois contratos como pontos de alavancagem separados e agiu de boa-fé. Suspendeu os pagamentos do Patriot e esperava que o dinheiro do F-35 permanecesse isolado para aquele programa. Em vez disso, o Pentágono simplesmente moveu os fundos existentes do F-35 para manter o lado Patriot vivo, contornando completamente o congelamento. O dinheiro continuou fluindo para a Lockheed Martin e seus parceiros, apesar de pouco ou nenhum progresso nas entregas específicas para a Suíça em qualquer dos sistemas. Para tapar o buraco resultante no seu orçamento do F-35, o Ministério da Defesa suíço foi obrigado a adiantar dezenas de milhões de francos adicionais de contribuintes antes do previsto.

Repercussão Política na Suíça

O diretor da Armasuisse, Urs Loher, principal autoridade de armamentos da Suíça, confirmou o redirecionamento à SRF, mas só conseguiu descrever publicamente o valor como “uma soma de três dígitos baixa em milhões”. Ele chamou a situação de “muito insatisfatória”. O episódio desencadeou perguntas parlamentares em Berna e renovados pedidos de uma investigação completa. Parlamentares de todo o espectro discutem agora abertamente se devem reduzir ainda mais o pedido de F-35 ou buscar alternativas europeias (como o SAMP/T francês) para futuras necessidades de defesa aérea, a fim de evitar esse tipo de dependência de um fornecedor que coloca parceiros menores e neutros no fim da fila.

Um Acertar de Contas Moral e Ético

Não existe tribunal penal internacional que vá processar isso como “roubo” ou “fraude”. No entanto, por qualquer padrão moral ou ético — e certamente sob os princípios do common law de contrato, boa-fé e enriquecimento sem causa —, a manobra do Pentágono parece indistinguível de uma conduta de má-fé. A Suíça pagou no prazo, cumpriu todas as obrigações e simplesmente exerceu seu direito de reter pagamentos adicionais num programa que havia sido efetivamente repriorizado até o esquecimento.

Este incidente expõe uma violação fundamental da soberania: contribuintes suíços que financiaram a defesa de sua nação viram seu dinheiro redirecionado para financiar guerras americanas de agressão no Oriente Médio. Isso nunca foi meramente uma disputa contratual. Foi um país neutro sendo forçado a subsidiar conflitos inteiramente fora de seus interesses de segurança, com os dólares de impostos de seus cidadãos sendo usados para fins que contradizem diretamente a política externa de longa data da Suíça de neutralidade.

O princípio do *pacta sunt servanda* ("os acordos devem ser cumpridos") é uma pedra angular do direito internacional. Embora a linguagem técnica do fundo conjunto do FMS possa dar aos EUA uma folha de figueira contratual, o espírito do acordo — pagamentos baseados em progresso vinculados a entregas verificáveis — foi minado. A Suíça pediu apenas o desempenho pelo qual havia contratado. Em vez disso, seu dinheiro foi redirecionado para financiar um programa repriorizado por razões inteiramente fora do controle de Berna.

A experiência da Suíça agora faz parte de um registro crescente que explica por que as nações devem ser extremamente cautelosas ao entrar em contratos de defesa com fabricantes americanos. Os Estados Unidos desenvolveram uma péssima reputação como contratante de defesa — uma que prioriza clientes politicamente conectados em detrimento de obrigações contratuais, usa brechas financeiras para extrair valor máximo independentemente da entrega e constrói dependência apenas para explorá-la em prol de objetivos geopolíticos. Os fundos compartilhados oferecem conveniência administrativa ao vendedor, mas retiram do comprador a alavancagem pretendida. Quando você paga adiantado pelo vinho e o restaurante credita o valor num bife que nunca chega — enquanto a cozinha real está trabalhando no pedido urgente de outra pessoa —, você aprende rapidamente quem realmente controla a conta.

Se Berna conseguirá extrair compensação, penalidades ou maior transparência, ainda está por ver. Por enquanto, este episódio permanece como um caso clássico de poder assimétrico em contratos de defesa: o comprador assina os cheques, cumpre todos os prazos e mesmo assim é empurrado para o fim da fila. A Suíça não fez nada de errado. Simplesmente descobriu, da maneira mais difícil, que a boa-fé nem sempre é recíproca quando a conveniência geopolítica chama.